

A fonte editada encontra-se dividida em duas partes: a primeira intitulada “As viagens” (ao Monte Sinai, ao Monte Nebo, de Jerusalém a Carneias e de Jerusalém à Mesopotâmia) e a segunda “A liturgia de Jerusalém” (liturgia quotidiana, do domingo, a Epifania, as festas pascais, a semana maior: Semana Santa, a Semana de Páscoa, a catequese baptismal e a festa das encénias ou da dedicação).

Como refere Alexandra Mariano no estudo sobre “Determinação dos modos discursivos”, que se segue à introdução da obra e que nos dá eco da investigação por ela realizada para a tese de mestrado, sob a orientação do professor Aires do Nascimento: “O texto torna-se teste muito claro do florescimento das peregrinações nos finais do século IV e da piedade cristã da época. Piedade que se traduz na veneração dos locais santos do Oriente, em particular da Palestina, e na dedicação que se centra nas personagens bíblicas, referidas nas Escrituras; nos primeiros santos e mártires cristãos, que tradições mais ou menos autênticas fizeram circular, e em Cristo...” (p. 69).

É de sublinhar ainda o amplo repositório de dados geográficos, históricos e litúrgicos fundamentais, aliás, para o conhecimento da Antiguidade Tardia.

A edição inclui, para além da bibliografia, vários índices (índice bíblico, índice de nomes e de lugares, índice de nomes de autores e de obras antigas) e alguns mapas.

Ana Maria C. M. Jorge

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998. 354 p.

A presente obra integra um conjunto de estudos que a Autora vem desenvolvendo desde 1980, em número de dez, alguns deles já publicados em revistas da especialidade, actas de colóquios ou publicações específicas. Tal conjunto é uma útil sistematização da produção bibliográfica da Autora, tornando-se excelente recurso a todos aqueles que pretendam estudar instituições monásticas medievais, particularmente cistercienses, e que, pelas suas características de continuidade, acabam por ultrapassar as fronteiras da medievalidade.

A questão do monaquismo, e dentro deste o feminino, numa região bem demarcada – entre o Douro e o Tejo –, e num espaço cronológico bem definido – entre os séculos IX e XIII –, iniciam a presente obra. Salientemos neste estudo alguns pontos, que nos parecem cruciais: a precisão cronológica e geográfica da implantação/irradiação da regra beneditina em Portugal, os diferentes tempos de implantação das vertentes masculina e feminina dos mosteiros, a preferência pela observância cisterciense por parte das mulheres da alta nobreza. Uma chamada de atenção para os apêndices, que nos explícitos quadros propõem uma fácil leitura da evolução do monaquismo em Portugal: são as fundações monásticas a sul do Douro nos séculos IX-XI, e as instituições monásticas dos séculos XII e XIII no Entre Douro e Tejo – beneditinos e cistercienses, os mais abundantes, e franciscanos, dominicanos, eremitas e cônegos de Santo Antão, divididos ainda em masculinos e femininos. Um mapa, abrangendo as quatro centúrias apontadas e uma área geográfica – o Entre Douro e Tejo – localiza as instituições tratadas nos quadros.

É o segundo estudo, intitulado *A Introdução da Ordem de Cister em Portugal*, um dos fulcrais desta série. Citando autores diversos, que ao longo do tempo se debruçaram sobre este problema, alguns deles com estreita ligação à Ordem, como foi o caso de Frei

Bernardo de Brito, a Autora vai comparar a sua proposta de cronologia nomeadamente com a do P. Miguel de Oliveira, que nem sempre aceita, fundamentando, e sugerindo todo um conjunto de considerações que julgamos fulcral para o estudo da Ordem em Portugal. Assim, a presença de Cister em Portugal é apontada para a primeira metade do século XII, mais precisamente em finais da década de 30; se Tarouca é documentalmente o primeiro mosteiro de observância cisterciense em Portugal, aponta a Autora sérias dúvidas quanto ao lugar cronológico de S. Cristóvão de Lafões e à sua primazia a esse respeito. Também se conclui que os mosteiros cistercienses do Norte e das Beiras, na sua maior parte, conheceram uma anterior observância beneditina ou foram continuidade de eremitérios – daí os primeiros mosteiros cistercienses serem masculinos –, sendo a zona entre Douro e Tejo a zona cisterciense por excelência. Lembra a Autora que tal adesão a Cister acabaria por contrariar as ordens do Capítulo Geral de 1152, uma vez que foi no reinado de Afonso Henriques que maior número de mosteiros desta observância surgiu em Portugal – embora recuse relações de proximidade entre este rei e S. Bernardo, como Bernardo de Brito apontou –, numa lógica também de total autonomia em relação à Galiza. Esta palavra, autonomia, assaz importante no espírito cisterciense, procurava-se também em relação ao Poder – régio e episcopal, nomeadamente – daí a reconhecida importância das cartas de couto concedidas pelo rei (obtendo assim os mosteiros simultaneamente a protecção real); mas a intervenção do poder real ou o padroado dos monarcas impedia uma total autonomia dos mosteiros. Há sempre o refúgio da alta nobreza, diríamos quase como contra-poder, mas que, nos mosteiros femininos, não ganha essa dimensão: os mosteiros femininos são fundamentais para as filhas da nobreza, numa sociedade em que o primogénito varão continuava a ditar a sorte dos bens herdados.

Os dois estudos seguintes são dedicados ao mosteiro de S. Mamede de Lorvão, comunidade que tem merecido especial atenção e estudo de Maria Alegria Fernandes Marques. Assim, no primeiro destes estudos é tratada basicamente a questão da passagem do mosteiro de comunidade beneditina masculina a comunidade cisterciense feminina, em que fica demonstrado que essa passagem não foi pelas razões tradicionais apontadas – descalabro económico e vida dissoluta da comunidade –, mas em que várias partes se concertaram – bispo de Coimbra, o abade e alguns monges, mas sobretudo D. Sancho I e sua filha D. Teresa – para que em Julho de 1211 o mosteiro passasse por direito, reconhecido pelo Papa, a ser ocupado por D. Teresa e pelas que a acompanharam. Os apêndices deste capítulo são determinantes para a compreensão do discurso da Autora, tornando-se assim a sua consulta indispensável. No estudo seguinte, *As primeiras freiras de Lorvão*, temos o desenvolvimento de assuntos de notável abrangência, desde o quotidiano no mosteiro, aos bens patrimoniais (aumento do património e sua gestão), passando por aspectos respeitantes à liturgia cisterciense e sobretudo, à população do mosteiro – D. Teresa e suas irmãs e filhas, as abadessas, a restante comunidade –; também aqui a precisão dos quadros em apêndice complementa a informação do texto escrito.

Também os dois estudos seguintes têm uma lógica de continuidade – são tratados os coutos de Alcobaça, num deles, e, no outro, duas visitas às igrejas situadas nesses coutos. No primeiro, enquadrado o edificado alcobacense na paisagem, analisa-se a actividade económica do mosteiro – a acção do homem no meio natural (arroteamentos, olaria, actividade mineira) e as principais fontes de rendimento do mosteiro, frisando a Autora a posse da terra (de onde vinham os mais importantes rendimentos), a exploração de bens naturais (água e matas), o uso de instrumentos de transformação, o uso de direitos (tabelionato, justiça) –, importantes na manutenção do senhorio alcobacense. Também a organização administrativa

e eclesiástica é analisada, denotando-se, em toda a área dos *coutos de Alcobaça*, um multiplicar de funções/instituições que visavam manter o poder do mosteiro, autêntica estrutura senhorial e secular abalada, porém, a partir de 1475 com a renúncia abacial de D. Frei Nicolau Vieira, e que marcaria o início da era dos abades comendatários nos mosteiros cistercienses portugueses. No segundo dos estudos, apresenta-se ao leitor um litígio entre o mosteiro – senhor no plano material e que reclamava também o espiritual – e o poder diocesano (da diocese de Lisboa) que procurava a isso obstar; estamos perante um conflito de interesses e direitos, servindo-se a diocese de um poder instituído pelo direito canónico medieval – a Visitação – para controle das igrejas paroquiais, tentando marcar a sua posição; porém, a vida nas igrejas dos coutos não se alterou, e a documentação que ficou das visitas de 1432 e 1434 serve fundamentalmente para uma avaliação dos bens das igrejas abrangidas – Aljubarrota, Cós, Pederneira e Alvorninha, na primeira, e Cós, Maiorca e Aljubarrota, na segunda.

Em *Bens de dois mosteiros Cistercienses no século XV – St.^a Maria de Seixa e St.^a Maria do Bouro*, a Autora faz a comparação entre estes dois mosteiros, ambos filiações de Alcobaça, a partir de Inventários de 1408. Documentos de tal índole surgiam normalmente com a renovação dos abades, numa perspectiva de análise da realidade herdada. Prova a Autora que se trata de documentos interessantes de analisar, fugindo à matriz comum dos inventários – origem do património e sua gestão –, deixando transparecer a vida quotidiana das comunidades, quando, naturalmente, interrogados de forma adequada, traduzindo-se, como é o caso, em explícitos quadros. Mais uma vez, presentes os textos dos documentos, a que é acrescentado um glossário.

Um litígio envolvendo os mosteiros de St.^a Maria do Bouro e de Alcobaça, também no século XV, deixando transparecer, *grosso modo*, a crise geral da Ordem e da Cristandade, é o assunto do estudo seguinte. Após reflexão sobre os principais factores da instabilidade na Ordem – frisando a Autora uma menor capacidade de recrutamento, uma diminuição nas doações, o aumento da fiscalidade pontifícia, o facto das incorporações de novas abadias serem feitas por outras de 2^a ou 3^a geração –, chegamos ao caso em estudo. Tal litígio – que originaria outro inventário no Bouro, agora em 1437 – é baseado na questão da nomeação dos abades (que Alcobaça, como casa-mãe, deveria eleger, apresentar, impor, confirmar e fazer jurar sobre os Evangelhos); porém, os monges do Bouro, aliados a alguns membros da nobreza, nomeadamente o Conde de Barcelos, elegem o seu Abade, por morte do anterior, não procedendo de acordo com as normas. Mas Alcobaça, com confirmação pontifícia, fez sentir a sua reconhecida liderança nos mosteiros da Ordem em Portugal, mantendo a típica hierarquia cisterciense e fazendo da obediência uma realidade para os monges do Bouro. Fica demonstrada neste estudo a capacidade diríamos “para-institucional” dos documentos, uma vez que do inventário se colhe muito mais que a simples resolução legal de um litígio entre dois mosteiros cistercienses portugueses em Quatrocentos. Mais uma vez, manifestamos o nosso apreço por toda a documentação e seu tratamento que acompanham o estudo.

Foi com grato prazer que, após termos assistido à sua comunicação, no mosteiro de Alcobaça em 1994, pudemos ler *Bronseval revisitado ou o saldo da medievalidade nos mosteiros cistercienses portugueses*. De facto, faz parte dos desafios do historiador que documentação, embora conhecida e alvo de leituras anteriores, possa ser interpretada de novo, com novas perspectivas; lembremos que, no caso, a temática fulcral que reuniu os investigadores em 1994 era a arte e a arquitectura cistercienses, daí que neste ponto da obra a Autora, seguindo Claude Bronseval, se refira aos sítios, ao estado dos edifícios – concepção

arquitectónica e estado da construção – e ao estado moral dos mosteiros. O balanço de tal visita – ou o saldo da medievalidade – efectuada em 1532-1533 pelo abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, acompanhado por Frère Claude de Bronseval, é francamente negativo, em especial em relação aos mosteiros masculinos, com excepções em ambas as linhas – nem todos os masculinos apresentam degradação material e lassidão moral, nem todos os femininos não a apresentam, e destes últimos foquemos, quer porque o relato o faz quer porque é alvo do nosso trabalho, o mosteiro de S. Bento de Castris, em Évora. Este estado de coisas, a pedir medidas urgentes, acabaria por se reflectir na criação da Congregação Autónoma de Alcobaça, em 1564/70, e que se materializariam nas vastas obras que os mosteiros conheceram nos anos seguintes à criação da Congregação.

Num conjunto de estudos como este, a palavra final é simultaneamente de balanço e de perspectiva, além de uma cuidada sugestão bibliográfica, orientada caso a caso – este rigor está presente em todos os estudos, até nas mais elementares notas de rodapé –; desse balanço é feito um útil historial dos diversos autores que, desde o século XVI até ao XIX, por pertencerem à Ordem, sobre a sua história escreveram; de facto, os leigos na escrita da história e das estórias alcobacenses só entrariam no século XIX, e com um interesse, que se prolongaria até já bem entrado o século XX, pelos aspectos artísticos. Seria na geração de homens como o padre Miguel de Oliveira, Artur Nobre de Gusmão, D. Maur Cocheril, que seria dada uma nova dimensão a estes estudos, dimensão essa que se prolonga na actualidade; de facto, a Ordem e os seus mosteiros em Portugal despertam o interesse no campo arqueológico, artístico, paisagístico, económico, social, cultural, numa geração de investigadores que muito devem a quem os antecedeu e a quem os continua a orientar, onde destacamos a Professora Doutora Maria Alegria Fernandes Marques.

Antónia Fialho Conde

SANTOS, Maria José Azevedo – *Vida e morte de um mosteiro cisterciense: S. Paulo de Almaziva, séculos XIII-XVI*. Lisboa: Edições Colibri, 1998. 328 p.

O mosteiro cisterciense de S. Paulo de Almaziva e o conjunto inovador e aliciante da sua documentação foram motivação fundamentada para um conjunto de estudos, reunidos nesta edição, sempre bem vindos no panorama da história religiosa em Portugal e muito particularmente dos apaixonados da temática cisterciense.

De facto, se a observância de Cister primava pela exigência em relação à uniformidade das suas Casas, todo o estudo sobre uma delas em particular alerta para novos caminhos de pesquisa e ensina, através da experiência transmitida pelos seus autores, a retirar de documentos eventualmente mal explorados toda a valia que eles podem ter; é de facto esta duplicidade de funções, enfatizando aqui o aspecto diríamos pedagógico, as que encontramos na obra *Vida e morte de um mosteiro cisterciense – S. Paulo de Almaziva – séculos XIII-XVI*. Porém, o rigorismo na transcrição das fontes, o cuidado bibliográfico que acompanha cada uma das partes da obra, a clareza e objectividade do discurso, o inteligente uso de dados que se poderiam reduzir a mera estatística, a imensa utilidade dos apêndices, índices e glossários, e mesmo a humildade na referência atenciosa ao trabalho e colaboração de outros colegas, são traços que não poderemos deixar de salientar na Autora da obra.

Numa altura em que parece querer renascer e impor-se em Portugal o interesse pelo estudo da vida monástica, interesse esse que ultrapassa as fronteiras da medievalidade,